

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLA ALONSO FENALI

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE PARA MICRO
E PEQUENAS EMPRESAS PELO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal-RO
2013

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE PARA MICRO
E PEQUENAS EMPRESAS PELO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO**

CARLA ALONSO FENALI

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Prof^a. Dra. Maria Bernadete Junkes.

**Cacoal - RO
2013**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para micro e pequenas empresas pelo Banco da Amazônia S.A.: Um estudo de caso no município de Rolim de Moura-RO**”, elaborado pela acadêmica Carla Alonso Fenali, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof.^a Dra. Maria Bernadete Junkes
Presidente

Prof.º Ms. Cleberson Eller Loose
Membro

Prof.º Esp. Nicolás Alessandro de Souza Belete
Membro

Média

Cacoal - RO
2013

Agradeço primeiramente a Deus, meu ajudador em meio a correria do dia-a-dia, em conciliar trabalho e estudo.

À minha família, que sempre me orienta em minhas decisões.

À minha orientadora, que com propriedade colaborou para o alcance dos objetivos deste trabalho. Aos professores e colegas que contribuíram para o cumprimento de mais uma etapa de minha vida.

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PELO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO

Carla Alonso Fenali ¹

RESUMO: Previsto na Constituição Federal, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO foi instituído com o fim de promover o desenvolvimento da Região Norte por meio do financiamento aos diversos segmentos produtivos, especialmente àqueles de menor porte. O objetivo do artigo que se segue reside em caracterizar, por meio de um estudo de caso, os métodos utilizados pelo Banco da Amazônia S.A. na concessão de recursos advindos do FNO às micro e pequenas empresas no município de Rolim de Moura-RO no ano de 2012. Mediante a pesquisa realizada, foi possível descrever o perfil dos beneficiários dos recursos e identificar as características de projetos de investimento analisados e aprovados às empresas de micro e pequeno porte. De caráter exploratório e qualitativa, a pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados na agência do Banco da Amazônia S.A. do município, no período de janeiro e fevereiro de 2013, utilizando-se uma amostragem composta de quatro projetos. Os resultados obtidos pela pesquisa atenderam aos objetivos específicos propostos neste trabalho.

Palavras-chave: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. Banco da Amazônia S.A.. Projetos.

1 INTRODUÇÃO

A fim de fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte – região na qual o município de Rolim de Moura-RO está inserido – foi instituído pela Constituição Federal de 1988, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, regulamentado pela Lei 7.827/1989, cuja aplicação se dá em programas de financiamento aos setores produtivos, incluindo entre outros, os relacionados com a agropecuária, indústria e comércio.

Com uma extensão territorial de 1.457,88 km², o município de Rolim de Moura-RO possui uma população de aproximadamente 50.648 habitantes, densidade demográfica de 34,74 hab/km² e Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de R\$ 520.220 mil (IBGE, 2010).

Considerando que a área urbana do município encontra-se em pleno desenvolvimento, há uma grande procura por parte dos empreendedores de recursos para financiar o capital de giro e os ativos de suas empresas. Nesse sentido, dependem das instituições financeiras que em algumas ocasiões são burocráticas para conceder empréstimos e financiamentos, podendo gerar dificuldades na ascensão dos negócios e até mesmo desmotivação dos empreendedores.

¹ Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Dr. Maria Bernadete Junkes.

O Banco da Amazônia S.A., responsável pela aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, vem desde então utilizando as mais variadas linhas de crédito, nos mais diversos programas governamentais, com adoção de prazos e carências, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, inclusive aplicando tratamento preferencial às atividades de micro e pequenas empresas, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

Diante das dificuldades observadas *in loco* no setor empresarial do município, bem como as necessidades dos empresários, e entendendo que o Banco da Amazônia presta tratamento diferenciado a pessoas jurídicas na análise de projetos de captação de recursos financeiros, surge o seguinte questionamento: quais critérios são estabelecidos pelo Banco da Amazônia S.A. na análise de projetos de investimento para o repasse dos recursos provenientes do FNO às micro e pequenas empresas no município de Rolim de Moura-RO?

Nesse sentido, a presente pesquisa identificou os procedimentos, critérios, ferramentas e dados adotados/utilizados pelo Banco da Amazônia S.A., na análise de projetos de investimento, no que se refere ao repasse de recursos que compõem o FNO, às empresas de micro e pequeno porte no município de Rolim de Moura-RO, além de descrever o perfil dos beneficiários de tais recursos e verificar os projetos executados pelo gestor do fundo no município, buscando a correta interpretação desses processos.

Lembrando que o Banco da Amazônia tem a missão de promover o desenvolvimento da região amazônica e se constitui como a principal instituição financeira federal de fomento sustentável, atuando em parceria com diversos órgãos vinculados ao Governo Federal, Estadual e Municipal, entidades paraestatais, universidades e organizações não-governamentais e responde por aproximadamente 60% do crédito a longo prazo na região de atuação. Além disso, o Banco da Amazônia S.A. opera com exclusividade sobre o FNO, cabendo em suas atividades, a análise, verificação e contratação de operações destinadas à liberação dos recursos derivados deste fundo (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

Isso denota a grande contribuição que o banco vem exercendo sobre o Estado de Rondônia, considerando o momento promissor em que este se encontra, no desenvolvimento observado nos setores do comércio, indústria e prestação de serviços.

Portanto, a realização desta pesquisa no município de Rolim de Moura-RO almejou ampliar o conhecimento sobre o desenvolvimento deste, sobretudo das micro e pequenas empresas, em face de projetos de financiamento com recursos dos FNO aprovados pelo Banco da Amazônia.

Utilizou-se de fonte bibliográfica e de pesquisa de campo quanto ao objeto de estudo. Figurando também como um estudo de caso, a situação se reconhece no caso específico dos projetos entregues na agência do Banco da Amazônia S.A., que pleitearam recursos advindos do programa FNO, no município de Rolim de Moura no ano de 2012.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para subsidiar a análise e discussão, realizou-se uma busca bibliográfica considerando conceitos relevantes de diversos autores, bem como instituições ligadas ao tema proposto.

2.1 BANCO DA AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia S.A. inicialmente criado, em 1942, como o Banco de Crédito da Borracha, tinha a finalidade de reaquecer o mercado da borracha em meio à 2ª Guerra Mundial. Passou, a partir de 1950, a ser o Banco de Crédito da Amazônia, quando o Governo Federal decide expandir o financiamento a outras áreas produtivas, assumindo contornos de banco para o desenvolvimento regional. Somente em 1966, com a mudança do nome para Banco da Amazônia S.A, assume o papel de agente financeiro do Governo Federal, sendo atualmente a principal instituição federal de fomento que visa ao desenvolvimento sustentável da região amazônica (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

De acordo com o estatuto social do Banco da Amazônia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária em 17.12.2002, são estes seus objetivos:

- I. executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;
- II. prestar serviços e realizar todas as operações inerentes à atividade bancária; e
- III. exercer as funções de agente financeiro dos órgãos regionais federais de desenvolvimento.

Respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo da Região, utiliza-se de critérios rigorosos na análise do crédito. Além de possuir diversas fontes de financiamento

de longo prazo, inclusive com recursos internacionais, também preza pela responsabilidade socioambiental, através de programas corporativos bem como patrocínio de ações culturais, esportivas e sociais (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

Alinhado com a sustentabilidade para garantir recursos para as gerações futuras, o banco se articula com diversos órgãos vinculados ao Governo Federal, Estadual e Municipal, através de parcerias com diversas entidades, inclusive paraestatais, universidades, organizações não-governamentais e aquelas representativas dos diversos segmentos do empresariado. Além disso, o Banco da Amazônia S.A. também se constitui como o banco que opera com exclusividade os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, propiciando, por meio de diversas linhas de crédito, o desenvolvimento da região amazônica (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

2.2 FNO – FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte, representando o maior e principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento regional sustentável (Lei nº 7.827/1989).

A área de atuação do FNO abrange uma extensão de 3.853.327,3 km² contemplando todos os estados que integram a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), totalizando uma população de 14,6 milhões de habitantes, densidade demográfica de 3,79 hab/km² e renda per capita de R\$ 7,28 mil (BANCO DA AMAZÔNIA, 2010).

O FNO atua alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de

incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

A concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental, constituem-se em diretrizes estratégicas do Fundo (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, o incremento no Valor Bruto da Produção (VBP) e no PIB regional, a contínua redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária (BANCO DA AMAZÔNIA, 2010).

A atuação creditícia do FNO está alinhada a diretrizes, prioridades e restrições, voltadas para, entre as diversas ações, o atendimento aos setores e municípios mais carentes, integração com outras instituições, preservação do meio ambiente, assegurar a racionalidade, eficiência e retorno das aplicações, redução de disparidades intrarregionais, geração de emprego e renda, integração e inclusão social, valorização da pessoa humana, modernização e inovação tecnológica dos diversos setores produtivos (BANCO DA AMAZÔNIA, 2010).

2.3 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

O FNO é operacionalizado através de seis programas de financiamento: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF), o Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL), o Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-BIODIVERSIDADE), o Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE), o Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI) e o Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial) (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

O FNO-PRONAF está alinhado à execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, apoiando atividades agropecuárias e não agropecuárias que se utilizem do emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Contempla agricultores familiares e trabalhadores rurais, pescadores artesanais, extrativistas vegetais, silvicultores e aquicultores (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Concedendo financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos, o programa FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL apoia empreendimentos rurais e não rurais contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte em bases sustentáveis. Os beneficiários do programa são pessoas físicas e jurídicas que se caracterizam como produtores rurais, pessoas jurídicas de direito privado e empresas públicas (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

O programa FNO-BIODIVERSIDADE está voltado para empreendimentos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas ou alteradas de propriedades rurais, a partir de concessões de financiamentos para o uso racional dos recursos naturais com adoção de boas práticas de manejo, contribuindo dessa forma para a manutenção e recuperação da biodiversidade amazônica. Figuram como beneficiários as pessoas físicas que se caracterizam como produtoras rurais, as populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais e outros não contemplados pelo PRONAF) e pessoas jurídicas de direito privado do setor rural (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

O objetivo do programa FNO – MPE é contribuir de forma sustentável para o desenvolvimento da Região Norte, prestando apoio às micro e pequenas empresas por meio de financiamentos com o fim de proporcionar inovação tecnológica, geração de emprego e renda, competitividade e o crescimento deste segmento (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Para incentivar o crescimento dos empreendedores individuais, o programa FNO-EI propicia bem-estar às suas famílias e empregados, potencializando suas atividades econômicas em áreas urbanas (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

O FNO-Emergencial foi criado com o escopo de reduzir os prejuízos causados pelas enchentes na Região Norte, operando com linhas especiais de crédito para promover a recuperação ou preservação das atividades dos agricultores familiares, dos produtores rurais e dos empreendedores (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

Os critérios de enquadramento, as linhas de financiamento, as atividades financiadas, as finalidades, os itens financiáveis e as condições operacionais de cada programa variam de acordo com a natureza das atividades desenvolvidas pelos beneficiários de cada linha de financiamento, conforme pode ser observado no Plano de Aplicação dos Recursos para 2012 (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

2.4 PROJETOS

Todos os empreendimentos estão sujeitos a algum tipo de risco. O risco está relacionado à incidência de certo evento que possa trazer prejuízos econômicos. Os riscos são variáveis de acordo com as características do tomador de crédito, podem ser previstos e quantificados, portanto são passíveis de gerenciamento podendo ser reduzidos a fim de evitar impactos negativos às organizações. Sendo assim, é aconselhável que todas as projeções devam conter sua relação de risco, que é o perigo a que estão sujeitas as atitudes, especialmente aquelas tomadas no campo financeiro mais específico, ou gerencial no campo mais abrangente (MORANTE E JORGE, 2009).

Segundo Morante e Jorge (2009) existem dois tipos de risco: os de característica operacional e aqueles com característica financeira. “Os riscos operacionais são aqueles típicos de cada operação. Por exemplo, se uma empresa só consegue sobreviver em suas vendas se praticar o prazo, correrá o risco de ter problemas ou não, dependendo de suas políticas próprias de crédito.” Já os riscos com característica financeira são definidos pelos autores como:

[...] aqueles que possam causar prejuízos diretamente nos resultados ou na condução de uma política financeira saudável, tais como: (a) mudança inesperada no custo das mercadorias ou insumos, movidos por problemas econômicos nacionais; (b) redução dos preços de venda por problemas econômicos ou específicos do setor; (c) mudança inesperada e representativa na taxa de câmbio; (d) mudança inesperada e significativa nas taxas de juros (MORANTE e JORGE, 2009).

Um investimento, de acordo com Souza e Clemente (2006) “[...] é um desembolso feito visando gerar um fluxo de benefícios futuros, usualmente superior a um ano. A lógica subjacente é a de que somente se justificam sacrifícios presentes se houver perspectiva de recebimentos de benefícios futuros”.

A decisão de se fazer investimento de capital é parte de um processo que envolve a geração e a avaliação das diversas alternativas que atendam às especificações técnicas dos investimentos. Após relacionadas as alternativas viáveis

tecnicamente é que se analisam quais delas são atrativas financeiramente (SOUZA e CLEMENTE, 2006).

Há divergências entre os autores quanto à definição de projetos de investimento, pois este pode ser entendido, sob diversos pontos de vista, sendo assim, apresenta-se na sequência os conceitos por algum deles.

Para Rebelatto (2004), “projeto de investimento pode ser definido como o conjunto de antecedentes que permite avaliar as vantagens e as desvantagens econômicas derivadas da decisão de investir recursos na produção de determinados bens ou serviços”.

Segundo Maximiano (2007), um projeto de investimento pode ser caracterizado como um empreendimento temporário com início, meio e fim programados, com o objetivo de fornecer um produto singular dentro de um determinado orçamento.

Dinsmore apud Frezatti (2008) afirma que é um “empreendimento com começo, meio e fim, dirigido por pessoas, para cumprir metas estabelecidas dentro de parâmetros de custo, tempo e qualidade”.

Valeriano apud Frezatti (2008) define projeto de investimento como um “conjunto de ações executadas, de forma coordenada, por uma organização transitória, à qual são alocados insumos sob a forma de recursos [...] e serviços [...] para, em dado prazo, alcançar um objetivo”.

Para Júnior, Rigo e Cherobim (2002) existem dois tipos de projetos de investimento: projetos independentes e mutuamente excludentes. Os projetos independentes são aqueles cuja aceitação de um não exclui a consideração dos demais, ou seja, seus fluxos de caixa não se relacionam. Os projetos mutuamente excludentes exercem a mesma função e por isso competem entre si, gerando uma situação em que a empresa deve decidir por uma única proposta, pois a aceitação de um elimina a possibilidade da aceitação dos demais.

Nessa mesma ótica, Camargo (2007) apresenta os projetos que são do tipo dependentes, ou seja, quando a decisão sobre um deles influencia a do outro.

Os projetos são compostos por diversas fases, e essas fases devem contemplar estudo de mercado, estudo de tamanho e localização, engenharia, análise de custos e receitas e avaliação da viabilidade financeira e econômica, devendo sempre relacioná-los com uma apreciação da economia, considerando que um projeto se faz dentro de um certo meio do qual se nutre e para o qual deve trazer resultados: o meio econômico (REBELATTO, 2004).

2.5 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Conforme a Lei Complementar 123/2006, tida como a Lei Geral para as micro e pequenas empresas, é dado tratamento diferenciado às micro e pequenas especialmente no que se refere à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições à União, Estados e Municípios, cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias e acesso ao crédito e ao mercado. O Art. 3º da Lei Geral considera a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, que se enquadrem nas seguintes condições:

- I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
- II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Dentro dessa definição, entende-se que nos mais diversos setores, os órgãos da administração pública e instituições financeiras devem privilegiar o tratamento dado a estes tipos de empresas citadas na Lei Geral, principalmente estas últimas, tendo em vista que financiam, na maioria dos casos, o crescimento de tais organizações.

As MPE's, em geral são caracterizadas por apresentarem baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e mortalidade; forte presença de mão-de-obra familiar; poder decisório centralizado; falta de distinção entre a pessoa do proprietário e a pessoa jurídica, principalmente em termos contábeis e financeiros; registros contábeis pouco adequados; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro (IBGE, 2003).

2.6 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISES

Para analisar a viabilidade dos projetos poderão ser utilizadas diversas ferramentas no campo da administração financeira, conforme descreve Souza e Clemente (2006), tais como: Valor Presente Líquido (VPL), Valor Presente Líquido Anualizado (VPLa), Taxa Interna de Retorno, Índice Benefício/Custo (IBC), Retorno sobre Investimento Adicionado (ROIA) que estão associados à rentabilidade do projeto e os índices como a Taxa Interna de Retorno (TIR), Período de Recuperação de Investimento (*Pay-Back*) e o Ponto de Fischer que estão associados ao risco do projeto.

Esses indicadores auxiliam na percepção do desempenho entre risco e retorno, no entendimento de que maiores riscos ensejam um aumento no retorno esperado.

a) **Valor Presente Líquido (VPL)** – “É um método de avaliação das propostas de investimento de capital em que se encontra o valor presente dos fluxos de caixa futuros líquidos, descontados ao custo de capital da empresa ou à taxa de retorno exigida” (WESTON e BRIGHAM, 2000),

b) **Valor Presente Líquido Anualizado (VPLa)** – Para Souza e Clemente (2006), é uma variação do Valor Presente Líquido, sendo que o VPL concentra todos os valores do fluxo de caixa na data zero, enquanto que no VPLa o fluxo de caixa representativo do projeto de investimento é transformado em uma série uniforme. Quando o VPLa resultar maior que zero significa que o projeto merece continuar sendo analisado.

c) **Taxa Interna de Retorno (TIR)** – Weston e Brigham (2000) definem como “a taxa de desconto que iguala o valor presente das entradas de caixa esperadas de um projeto ao valor presente de suas saídas esperadas de caixa”.

d) **Índice Benefício/Custo (IBC)** – “É uma medida de quanto se espera ganhar por unidade de capital investido”. Este método é análogo ao VPL, levando a facilidade de interpretação, para efeito de se aceitar ou não determinado projeto de investimento. Se o IBC resultar maior que um, então o projeto merece continuar sendo analisado (SOUZA e CLEMENTE, 2006).

e) **Retorno sobre Investimento Adicionado (ROIA)** – Souza e Clemente (2006), afirmam o ROIA como a melhor estimativa de rentabilidade para um projeto de investimento, pois representa, em termos percentuais, a riqueza gerada pelo projeto.

f) **Pay-back** – Segundo Frezatti (2008), “corresponde ao período necessário para que a empresa recupere, por meio de entradas de caixa, o investimento inicial do projeto”.

A empresa aceitará o projeto sempre que o período de pay-back for inferior ao período aceitável, que é definido pela entidade. Para esta definição, vários aspectos são considerados, tais como: vida útil dos ativos, no qual o período de pay-back não pode ser superior ao tempo de vida útil dos ativos do projeto; grau de intensidade da demanda por caixa, ou seja, quando a empresa sofre muita pressão por entradas de caixa, isso poderá gerar uma redução nos prazos aceitáveis de payback podendo causar distorções estratégicas; tipos distintos de projetos, quando os prazos aceitáveis podem ser diferenciados por vários tipos de projetos, quando percebida a necessidade pelo administrador. (FREZATTI, 2008)

g) **Ponto de Fisher** – Souza e Clemente (2006) afirmam que neste modelo, em termos de ganho, o investidor seria indiferente diante de duas alternativas de investimentos, ao tempo que Fisher preconiza a existência de um limite para a variabilidade da Taxa Mínima de Atratividade, tendo em vista o comportamento normativo do binômio risco-retorno, onde mais ganhos se concretizam se mais riscos forem assumidos.

h) **Método de Simulação Monte Carlo** – Weston e Brigham (2000) escrevem que este método vincula sensibilidades e distribuições de probabilidades variáveis de entrada, constituindo-se em uma técnica de análise de risco em que os acontecimentos futuros prováveis são simulados, gerando taxas de retorno e índices de risco estimados. Entretanto, este método exige uso de computador com software de planejamento financeiro eficiente, ao contrário de outros métodos que podem ser desenvolvidos simplesmente com a utilização de um programa de planilha ou empregando-se uma calculadora.

2.7 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

Para iniciar o processo de análise e verificação de um projeto de investimento de determinado empreendimento, as instituições financeiras adotam critérios, que além das estratégias de análise, auxiliam na aprovação do mesmo para a liberação dos recursos.

O processo inicial começa com a entrevista gerencial, na qual o cliente expõe suas pretensões quanto ao investimento que deseja realizar, sua experiência na atividade, o conhecimento no mercado e demais informações sobre o empreendimento. Nesta oportunidade o gerente apresentará a proposta, com as condições da linha de financiamento adequada ao perfil do cliente (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2013).

O cliente providencia a documentação e elabora carta consulta, na qual haverá a descrição do projeto e a definição da proposta a ser encaminhada ao banco (BANCO DA AMAZÔNIA, 2013).

Após realização do cadastro do cliente no banco de dados da instituição, o gerente poderá marcar uma visita ao empreendimento com o intuito de se obter uma melhor compreensão do projeto e então, após análise, emitir autorização para a elaboração do projeto de viabilidade econômico-financeira. O projeto deve ser preparado de acordo com o modelo adotado pelo banco para dar maior agilidade no atendimento, observando as condições do financiamento que foram negociadas, tais como valor da operação, prazo,

disponibilidade de recursos próprios e garantias (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2013).

Podem ser oferecidos bens de propriedade da empresa e/ou de terceiros livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, para a constituição das garantias. O valor das garantias, de acordo com avaliação a ser feita por técnico do banco ou junto a este habilitado, deve atender aos limites estabelecidos para cada programa e porte da empresa postulante (BANCO DA AMAZÔNIA, 2013).

O banco analisará as informações contidas no projeto, sejam técnicas, econômicas e financeiras, observando também outros pontos relevantes como o mérito sócioeconômico, a gestão técnica e administrativa da empresa, adequação tecnológica, aspectos mercadológicos, ambientais e verificando se a empresa está apta para a contratação, emite parecer favorável à viabilidade do projeto. Realiza-se a contratação da operação, que é o momento da formalização do mútuo entre o banco e o cliente e então se procede à liberação dos recursos (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2013).

A proponente deve se responsabilizar pela exatidão das informações prestadas comprometendo-se, tão logo lhe seja solicitado, a efetuar o depósito do valor das despesas que tiver o banco, com a perícia caso necessária ao conveniente estudo da proposta, não importando, de forma alguma, a medida, na obrigação, para o banco, de conceder o financiamento proposto (BANCO DA AMAZÔNIA, 2013).

2.8 LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Conforme consta no Plano de Aplicação dos Recursos para 2012 do Banco da Amazônia S.A. (2011), a previsão de recursos disponíveis do FNO para 2012 foi de R\$ 4.020,00 bilhões na Região Norte.

Somente no estado de Rondônia a estimativa de aplicação dos recursos totalizou R\$ 683,40 milhões para financiamento projetado de 9.566 beneficiários/projetos. A participação dos programas de financiamento na demanda dos recursos foi de 20% para o FNO-PRONAF e 80% para os demais programas (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Os recursos foram distribuídos segundo o seguinte critério: 51% para o grupo de beneficiários com receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões, e de 49% para o grupo de beneficiários com receita operacional bruta anual

ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

3 METODOLOGIA

A pesquisa está inserida na área das ciências sociais e possui caráter exploratório, cuja coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. A investigação baseou-se em variáveis qualitativas e quantitativas, por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa em sítios da *internet* selecionados com base no ano de 2012 e visitas à agência do Banco da Amazônia S.A. no município de Rolim de Moura-RO.

Constitui-se do tipo prática, pois o objeto de estudo se estabelece por uma situação social buscando esclarecer a problemática observada em tal situação. A pesquisa constitui-se ainda em um estudo de caso, considerando que está voltada para o caso específico dos projetos entregues no Banco da Amazônia S.A. de Rolim de Moura-RO.

A pesquisa se deu na agência do Banco da Amazônia S.A. no município de Rolim de Moura, a coleta de dados se efetivou por meio de visitas, entrevistas e aplicação de questionários a pessoas que atuam no setor responsável, verificando por meio dos projetos de investimento elaborados por projetistas/engenheiros credenciados ao banco e dossiês, as informações que foram consideradas relevantes para o trabalho.

Como critérios de exclusão, não foram abordados na pesquisa, assuntos relativos a projetos de investimento que estejam fora do plano de aplicação dos recursos do FNO e dentre aqueles beneficiados por este fundo, excluiu-se da pesquisa aqueles destinados a empreendimentos rurais, à empresas públicas, à médias e grandes empresas, a microempreendedores, tampouco aqueles destinados aos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais, ficando o tratamento limitado às micro e pequenas empresas.

A amostragem da pesquisa foi composta por quatro projetos de investimento entregues no ano de 2012 à agência do Banco da Amazônia S.A. no município de Rolim de Moura-RO. Esse número pequeno em relação ao total de projetos entregues para captação de recursos se justifica pelo objeto da pesquisa, ou seja, somente no âmbito de micro e pequenas empresa esses quatro projetos atenderam o objetivo proposto. Os demais projetos

entregues na referida agência pleiteavam capital de giro, o que não é de interesse da pesquisadora.

E, para fins de obtenção de resultados, os dados foram analisados a partir do agrupamento das informações referente às seguintes variáveis: caracterização do empreendimento, financiamento pleiteado, tipos de programas, garantias, prazos, índices econômicos e financeiros.

A apuração dos resultados está demonstrada por meio de quadros organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, tendo como subsídio, para apoio de compreensão e análise, o material obtido por meio do levantamento bibliográfico.

Esta pesquisa está pautada dentro dos padrões éticos de pesquisa no sentido de não mencionar nomes ou quaisquer dados que possam trazer prejuízos a outrem, preservando, sobretudo, o sigilo bancário, por se tratar de pesquisa em instituição financeira.

4 RESULTADOS

Para validar a pesquisa, foram analisados os quatro projetos de investimento, entregues ao Banco da Amazônia S.A., em Rolim de Moura-RO no ano de 2012, conforme descrição nomeadamente de projetos A, B, C e D. Os projetos A e B são de micro empresas e, C e D projetos de pequenas empresas. Os dados coletados estão apresentados nos quadros 01, 02, 03, e seguidamente as demais informações pertinentes aos projetos analisados.

QUADRO 01 - CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Projeto	A	B	C	D
Porte	Micro	Micro	Pequena	Pequena
Capital integralizado	R\$ 50.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 100.000,00
Data de constituição	22/03/2010	03/09/1986	21/01/2004	27/05/2010
Faturamento bruto (últimos 12 meses)	R\$ 160.194,05	R\$ 277.174,59	R\$ 1.441.154,12	R\$ 608.712,92
Capacidade de pagamento identificada (mensal)	R\$ 8.589,82	R\$ 15.602,65	R\$ 6.485,00	R\$ 2.891,00

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2012) adaptado pela autora.

QUADRO 02 - FINANCIAMENTO PLEITEADO, TIPOS DE PROGRAMAS, PRAZOS E GARANTIAS

Projeto	A	B	C	D
Valor solicitado para a operação	R\$ 103.743,67	R\$ 94.235,28	R\$ 456.749,90	R\$ 250.884,60
Programa	FNO – MPE	FNO – MPE	FNO – MPE	FNO – MPE
Prazo solicitado	120 meses, sendo 24 de carência	96 meses, sendo 12 de carência	120 meses, sendo 18 de carência	120 meses, sendo 24 de carência
Garantias oferecidas	Hipoteca de lote urbano Alienação da construção objeto do financiamento	Hipoteca de lote urbano Alienação da construção objeto do financiamento	Hipoteca de lote urbano e rural Alienação da construção objeto do financiamento	Hipoteca de imóvel urbano Alienação da construção e máquinas e equipamentos adquiridos, objeto do financiamento
Aporte de Recursos Próprios	Não	Não	Não	R\$ 70.000,00

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2012) adaptado pela autora.

QUADRO 03 - ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DAS EMPRESAS IDENTIFICADOS NOS PROJETOS

Projetos	A	B	C	D
Ponto de Nivelamento	25,33%	45,56%	15,85%	18,11%
Taxa Interna de Retorno	23,54%	27,74%	23,53%	28,75%
Lucro Operacional/Receita	21%	15%	14%	17%
Lucro Líquido/Receita	19%	13%	11%	16%
Lucro Líquido/Investimento Total	21%	25%	19%	26%
Receita/Investimento Total	111%	191%	170%	160%
Financiamento/Investimento Total	52%	55%	45%	49%
Capital Social/Financiamento	48%	42%	35%	38%

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2012) adaptado pela autora.

As empresas relacionadas aos projetos exercem atividades no ramo varejista, sendo que a empresa do projeto A atua no comércio varejista de peças e acessórios para motocicletas e motonetas, já a empresa do projeto B exerce atividade com comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, e as empresas dos projetos C e D atuam no ramo alimentício.

Por serem especializadas no comércio varejista, as empresas não apresentam processo produtivo contínuo, considerando que se valem apenas da compra e revenda de mercadorias. Os projetos pesquisados apresentaram propostas para a construção de novas sedes ou reforma das sedes existentes das empresas que pleitearam os créditos advindos do FNO, expondo a situação de suas condições físicas em cada projeto. A empresa A operava em prédio alugado e as estruturas se tornaram pequenas e pouco adequadas para o funcionamento da mesma. A empresa B possuía uma estrutura organizacional simples, enxuta e adequada para o seu tamanho de negócio, no entanto, necessitava investir em uma

reforma proporcionando maior conforto no atendimento à clientela. As instalações da empresa C estavam sobrecarregadas e insuficientes para atender suas atividades, inclusive para exposição de mercadorias e comodidade dos empregados. A empresa D, a exemplo de C, também estava operando com capacidade física insuficiente e inadequada para desenvolver suas atividades.

Na análise dos projetos de investimento, a pesquisa identificou que os analistas de crédito da instituição utilizam planilhas com variados indicadores para aprovação e posterior liberação dos recursos, conforme demonstram os quadros 04 e 05.

QUADRO 04 – INDICADORES UTILIZADOS PELO BANCO DA AMAZÔNIA NA ANÁLISE DE PROJETOS

Índices de Estrutura de Capital	Índices de Rentabilidade	Índices de Liquidez	Índices de Atividade
a) Relação capital de terceiros/passivo total b) Relação capital de terceiros total/capital próprio c) Relação capital bancário total/capital próprio d) Relação fornecedores/passivo circulante e) Relação ativo total/capital próprio f) Perfil do endividamento g) Imobilização de recursos não circulantes	a) Retorno sobre o ativo b) Retorno sobre o PL c) Retorno sobre as vendas d) Margem bruta e) Margem EBITDA ²	a) Liquidez geral b) Liquidez corrente c) Liquidez seca d) Liquidez imediata	a) Giro do ativo total b) Giro dos estoques c) Prazo médio de estocagem d) Prazo médio de recebimento e) Prazo médio de pagamento f) Ciclo operacional g) Ciclo financeiro

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2012) adaptado pela autora.

QUADRO 05 – DEMAIS INDICADORES UTILIZADOS NA ANÁLISE DE PROJETOS

Índices Utilizados para Bancos	Outros Indicadores
a) Relação empréstimos/depósitos b) Capital de giro próprio c) Participação dos empréstimos d) Retorno sobre o patrimônio líquido e) Retorno sobre o investimento total f) Margem líquida g) Margem financeira h) Custo médio de captação i) Retorno médio das operações de crédito j) Lucratividade dos ativos k) Juros Passivos	a) Alavancagem financeira b) Fator de insolvência c) Capacidade de cobertura das responsabilidades financeiras d) Capital circulante líquido e) Capital de giro próprio f) Investimento operacional em giro g) Necessidade de capital de giro h) Saldo em tesouraria i) Tesouraria/vendas líquidas j) Giro com recursos próprios k) Giro com recursos de terceiros l) Crescimento do PL m) Crescimento da receita operacional líquida n) Valor econômico agregado (EVA)

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2012) adaptado pela autora.

² *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que significa "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização", em português.

O início de todo o processo se dá com a manifestação de interesse do cliente, que após entrevista com o gerente de relacionamento, se dirige ao projetista/engenheiro credenciado ao banco, que realizará um estudo de mercado para a elaboração de um projeto de investimento que vise atender às necessidades da empresa. São observados nesta etapa, os valores pelos quais são avaliadas as garantias, verificando sua compatibilidade com o valor proposto ao financiamento e a linha de crédito ofertada.

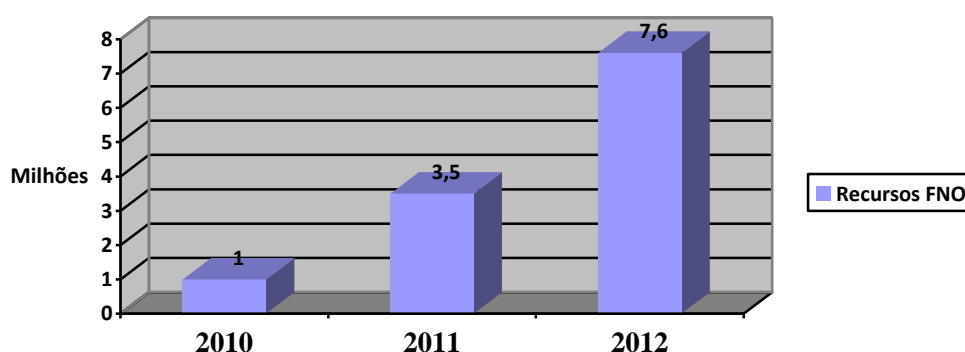
Após o recebimento do projeto, o Banco da Amazônia S.A. realiza a análise de risco que precede a aprovação ou o indeferimento do referido projeto. Sendo aprovado, são realizadas pesquisas cadastrais em nome da empresa e de seus proprietários com o fim de identificar restrições que desabonem a conduta dos mesmos. Não sendo encontradas restrições, posteriormente, realiza-se a conferência de toda a documentação requerida para o processo. Estando o processo de acordo com os padrões de conformidade do banco, procede-se a liberação dos recursos ao proponente.

A pesquisa identificou que no ano de 2012, houve um total de 83 projetos entregues e analisados na agência do Banco da Amazônia S.A., em Rolim de Moura-RO, dos quais 73 foram aprovados e 10 foram indeferidos, sendo que desses 73, somente 04 eram específicos de investimentos que se enquadravam no programa do FNO analisado.

Os recursos disponibilizados pelo FNO para o ano de 2012 totalizaram R\$ 10.000.000,00 para aplicação no município de Rolim de Moura-RO, sendo que apenas para micro e pequenas empresas foram utilizados R\$ 7.599.304,63.

A demanda dos recursos tem aumentado a cada ano, um comparativo pode ser traçado no período de 2010 a 2012 conforme Gráfico 01.

GRÁFICO 01 – DEMANDA DE RECURSOS DO FNO APLICADOS EM ROLIM DE MOURA-RO



Durante este período, o FNO contribuiu para o desenvolvimento dos mais variados setores no município, principalmente no financiamento a clínicas médicas,

comércio varejista de confecções, cosméticos, material de construção e alimentos financiando reformas, construções de novas sedes, compra de máquinas e equipamentos e capital de giro.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Em relação à caracterização das empresas descritas nos projetos do Quadro 01, observou-se que em relação ao porte que duas são micro empresas e duas são de pequeno porte, com datas distintas de constituição. A empresa mais antiga foi constituída em 03/09/1986 sendo uma micro empresa e a mais recente é uma pequena empresa com data de constituição de 27/05/2010. A mais antiga apresenta um capital integralizado de R\$ 40.000,00 enquanto que uma pequena empresa apresenta possui R\$ 150.000,00 de capital integralizado, a qual foi constituída em 21/01/2004.

O enquadramento do porte é realizado conforme a Lei nº123/2006, considerando como micro as empresas que possuem faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e como pequeno porte aquelas que auferiram receita superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

O faturamento bruto das empresas dos projetos relacionados varia de acordo com o porte das empresas. Observou-se que o faturamento das empresas dos projetos A e B representam em torno de 21,33% do faturamento das empresas dos projetos C e D. Verificou-se, por meio disto, que o tempo de atividade da empresa não significa que esta possa ter um maior faturamento bruto anual.

Em contrapartida, notou-se que a capacidade de pagamento das micro empresas são significativamente maiores em relação às de pequeno porte. Enquanto que a empresa do projeto A, que apresenta um faturamento de R\$ 160.194,05 tem uma capacidade de pagamento mensal de R\$ 8.589,82, a empresa do projeto C que apresenta maior faturamento entre os projetos analisados, que é de R\$ 1.441.154,12 possui apenas R\$ 6.485,00 de capacidade para contrair obrigações.

A capacidade de pagamento mensal é afetada à medida que a empresa aumenta seu endividamento com outras instituições financeiras. Observou-se ainda que a empresa relacionada ao projeto B, com data de constituição mais antiga e que possui menor capital integralizado é que a que possui maior capacidade de pagamento sendo esta de R\$

15.602,65, enquanto que a empresa de pequeno porte representada pelo projeto D, que possui 219,61% a mais de faturamento em relação à B, demonstra apenas R\$ 2.891,00 de capacidade de pagamento, ou seja, 81,47% menor que a primeira.

Isso ocorre porque, de acordo com as exigências do programa, qualquer que seja a finalidade do crédito, deve ser observada a capacidade de pagamento até o comprometimento máximo de 70% da disponibilidade financeira do empreendimento, conforme apurado na análise técnica, ou seja, não está relacionada ao valor de seu capital social ou ao seu tempo de funcionamento (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Verificou-se, no Quadro 02, que o programa FNO – MPE atende a todas as empresas relacionadas nos projetos analisados, conforme objetivo previsto no Plano de Aplicação dos Recursos para 2012, o qual consiste em proporcionar o financiamento às micro e pequenas empresas, induzindo e apoiando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Os prazos solicitados para pagamento são iguais para as empresas dos projetos A, C e D, que é de 120 meses, diferenciando apenas o prazo de carência para o projeto C que é de 18 meses e os demais são de 24 meses, enquanto que o projeto B solicitou 96 meses com 12 de carência para pagamento. Os prazos de financiamento são dimensionados de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário, sendo que o prazo de carência é de até 4 anos e o prazo total de até 120 meses, incluída a carência (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Os valores solicitados para os financiamentos variam por projeto, sendo o menor de R\$ 94.235,28 para a micro empresa do projeto B e o maior de R\$ 456.749,90 para a empresa de pequeno porte do projeto C.

As garantias são semelhantes, consistindo basicamente em hipotecas de lotes urbanos e a alienação das construções objetos dos financiamentos. Notou-se que em todos os projetos são agregadas outras garantias que não aquelas objeto do financiamento, com o objetivo de atender aos padrões normativos do banco. A finalidade dos financiamentos está de acordo com uma das finalidades do programa FNO-MPE, qual seja, implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e realocização de empreendimentos (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Apenas a empresa representada pelo projeto D apresentou capacidade de aporte de recursos próprios no valor de R\$ 70.000,00.

O Quadro 03 apresenta em percentuais os índices econômico-financeiros de cada empresa, tais como ponto de nivelamento, taxa interna de retorno e outros índices relativos à rentabilidade, à eficiência operacional e a financeiros propriamente dito.

O ponto de nivelamento da empresa do projeto B é significativamente superior aos demais, chegando atingir mais que o dobro de C e D. Dada duas funções, dizemos que os pontos de nivelamento entre elas são os valores de x no momento em que o lucro é nulo. Podemos chamar os pontos de nivelamento de pontos críticos, os pontos onde os gráficos das funções se interceptam são os pontos críticos ou de nivelamento (BRASIL ESCOLA, 2013).

A taxa interna de retorno dos projetos A e C são praticamente iguais, enquanto que a dos projetos B e D são semelhantes à medida que o projeto D ultrapassa 1,01% de B.

O lucro operacional em relação à receita é maior em A (21%) e os demais são semelhantes atingindo uma média em torno de 15%. O lucro líquido em relação à receita também é maior em A e semelhante nas empresas dos projetos B, C e D. Já o lucro líquido em relação ao investimento total é maior em D atingindo um percentual de 26%, aproximando-se deste número o projeto B com 25%. As relações receita/investimento total e financiamento/investimento total são significativamente maiores no projeto B em relação aos demais projetos. O índice capital social/financiamento apresentou-se mais elevado no projeto A com 48%, e abaixo dele os projetos B, D e C com 42%, 38% e 35%, respectivamente.

Os quadros 04 e 05 apresentam os índices identificados para utilização no processo de análise dos projetos, superando a expectativa conceituada no referencial teórico deste trabalho. Os índices apresentados nos referidos quadros somam o total 48, das mais variadas ferramentas de análise utilizadas no campo da administração financeira, evidenciando a complexidade existente na análise de risco de um projeto.

Confirmou-se dessa forma, o motivo pelo qual permanecem as dificuldades por parte dos proponentes do crédito, que consideram as instituições burocráticas na análise de processos, já que perfazem a maioria aqueles que não possuem conhecimento nessa área e considerando que a contabilidade das micro e pequenas empresas não são organizadas ao ponto de realmente oferecer ao Banco esses dados demonstrados nos quadros 04 e 05.

Conforme afirma Rebelatto (2004), os projetos são compostos por fases contemplando estudo de mercado, tamanho e localização, engenharia, análise de custos e receitas, avaliação de viabilidade financeira e econômica. A pesquisa apontou as etapas

para a aprovação de um projeto e confirmou a importância da elaboração de projetos para a realização de novos investimentos nas empresas como fator de minimização de riscos, à medida que torna o financiamento autossustentável.

A partir da reunião dos diversos resultados, pôde-se visualizar a atuação do Banco da Amazônia S.A., por meio do repasse dos recursos do FNO no município de Rolim de Moura-RO, o qual promoveu o desenvolvimento de diversos segmentos produtivos tornando as empresas mais competitivas e concretizando sua missão de atingir patamares de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, além de construir um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para a viabilização de novos negócios com sustentabilidade (BANCO DA AMAZÔNIA, 2011).

Consequentemente, pôde-se observar o cumprimento do papel do FNO, qual seja de propiciar o desenvolvimento da Região Norte, com a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte, geração de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, apoio a inovação tecnológica, melhoria do abastecimento interno de produtos básicos, além de promover a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo a um dos objetivos específicos deste trabalho, que era o de identificar o perfil dos possíveis beneficiários do FNO, contatou-se que os recursos do Fundo estão disponíveis para os mais diversos perfis de empresas, independente de seu ramo, tempo de atividade e localização. O presente trabalho auxiliou na identificação desses perfis, mostrando a preocupação que o fundo tem em prestar um tratamento diferenciado a estas empresas.

Foi possível considerar que empresas que possuem um faturamento relativamente baixo ou pouco capital próprio, até mesmo pouco tempo de atividade ou nenhum tempo de atividade, podem ter acesso aos programas de financiamentos do FNO geridos pelo Banco da Amazônia.

Verificou-se que o perfil do beneficiário do FNO é a empresa com instalações pequenas, mão-de-obra pouco qualificada, com falta de folga financeira, opera em uma

pequena região e necessita de incrementar seu negócio, por isso conta com linhas de financiamento que atendam seus anseios e que resultem em maior lucratividade e competitividade.

Por meio da pesquisa – atendendo ao segundo objetivo específico – foram identificados os projetos analisados e aprovados e foi possível observar o constante crescimento da procura por esses recursos, já que são poucos os processos indeferidos. É importante também ressaltar a relevância da correta elaboração de um projeto de investimento e o cumprimento de suas etapas, contribuindo para a excelência da execução do processo e o cumprimento da missão da instituição envolvida.

Descrever os critérios utilizados pelo Banco da Amazônia S.A. na aprovação dos projetos para a liberação dos recursos (último objetivo específico da pesquisa), por outro lado, é uma tarefa um tanto complexa para a resolução da problemática do presente trabalho.

A grande quantidade de índices utilizados na análise pode ser a causa da dificuldade na ascensão dos negócios ou desmotivação dos empreendedores, considerando que as micro e pequenas empresas em geral não possuem uma estrutura sólida em termos de contabilidade e administração financeira, pois se utilizam de recursos pouco adequados ou inapropriados ao desenvolver de suas atividades.

Contudo, consolida-se o papel fundamental do Banco da Amazônia S.A. na administração dos repasses do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO às empresas de micro e pequeno porte, atendendo às diretrizes, objetivos e metas governamentais para a Região Norte como um todo e especificamente para o município de Rolim de Moura-RO.

REFERÊNCIAS

BANCO DA AMAZÔNIA. Estatuto do Banco do Amazônia S.A. Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária em 17.12.2002. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes/investidores/arquivos/estatuto.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.** Disponível em <www.basa.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (Leis nº 7.827/1989, nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001) Plano de Aplicação dos Recursos para 2011.** Belém, 2010. Disponível em:

<www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes/produtserv/fno/arquivos/2011/plano_fno_2011.pdf>. Acesso em 06 abr. 2012.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (Leis nº 7.827/1989, nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001) Plano de Aplicação dos Recursos para 2012.** Belém, 2011. Disponível em:

<www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes/produtserv/fno/arquivos/2012/plano_fno_2012.pdf>. Acesso em 18 jan. 2013.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (Leis nº 7.827/1989, nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001) Plano de Aplicação dos Recursos para 2013.** Belém, 2012. Disponível em:

<http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes/produtserv/fno/arquivos/2013/plano_fno_2013.pdf>. Acesso em 11 abr. 2013.

_____. **Plano de Aplicação dos Recursos para 2012 Estado de Rondônia. Porto Velho, 2011.** Disponível em:

<www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes/produtserv/fno/arquivos/2012/plano_de_aplicacao_RO_2012.pdf>. Acesso em 18 jan. 2013.

_____. **Institucional.** Disponível em: <www.basa.com.br>. Acesso em 06 abr. 2012.

_____. **Roteiro de Propostas/Planos.** Disponível em: <www.basa.com.br>. Acesso em 14 abr. 2013.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Investir no Nordeste – Guia do Investidor.** Disponível em

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/investir_no_nordeste/guia_do_investidor/gerados/roteiro_para_acesso_credito.asp>. Acesso em 14 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 28 set. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm>. Acesso em : 24 mar. 2012.

_____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 15 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 07 abr. 2012.

BRASIL ESCOLA. **Pontos de Nivelamento.** Disponível em:

<<http://www.brasilecola.com/matematica/pontos-nivelamento.htm>>. Acesso em 05 mai 2013.

CAMARGO, Camila. **Análise de investimentos e demonstrativos financeiros**. Curitiba, Ibpx, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 06 mai. 2012.

FREZATTI, Fábio. **Gestão da viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento**. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>. Acesso em 11 abr. 2013.

JUNIOR, Antonio Barbosa Lemes; CHEROBIM, Ana Paula; RIGO, Claudio Miessa. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MAXIMIANO, Antonio Cezar Amaru. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORANTE, Antonio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. **Administração Financeira: decisões de curto prazo, decisões de longo prazo, indicadores de desempenho**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REBELATTO, Daizy. **Projeto de investimento**. São Paulo: Manole, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 06 mai. 2012.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS POR PROJETO DE INVESTIMENTO

1) Quanto a caracterização do empreendimento:

- a) Qual o porte e ramo de atividade exercido pela empresa?
- b) De acordo com os dados especificados nos documentos constitutivos da empresa, qual o valor do capital integralizado da mesma?
- c) Em que data a empresa foi constituída?

2) Quanto ao dados do financiamento pleiteado:

- a) Qual o valor solicitado para a operação?
- b) De onde se originam os recursos de tal operação? Em qual programa se encaixa?
- c) Qual o prazo solicitado para pagamento?
- d) Quais as garantias oferecidas para o crédito pretendido?
- e) Há capacidade de aporte de recursos próprios? Se sim, qual o valor?

3) Quanto aos aspectos técnicos, econômicos e financeiros:

- a) Quais as condições da capacidade física instalada na empresa?
- b) Como se dá o funcionamento do processo produtivo da empresa?
- c) Qual é o valor do faturamento/receita bruta dos últimos 12 meses auferidos pela empresa?

4) Consideração sobre aspectos adicionais:

- a) Qual a capacidade de pagamento identificada para a empresa?
- b) Como está a situação dos índices econômico-financeiros da empresa?
- c) Existe um ponto de nivelamento?
- d) Com relação a Taxa Interna de Retorno, qual o resultado obtido?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS GERAIS SOBRE
OS PROJETOS ANALISADOS NO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. NA AGÊNCIA
DE ROLIM DE MOURA/RO**

- 1) Qual a quantidade de projetos de investimentos entregues ao Banco da Amazônia S.A no município de Rolim de Moura/RO durante o ano de 2012?
- 2) No ano de 2012, qual foi o valor disponibilizado pelo FNO para aplicação dos recursos na região de Rolim de Moura/RO ?
- 3) Qual o valor efetivamente disponibilizado para os projetos analisados e aprovados no ano de 2012 para o município de Rolim de Moura/RO?
- 4) Durante o período de análise (2012), demonstrar a demanda de recursos pelas empresas no município de Rolim de Moura/RO.
- 5) Qual a contribuição prestada pelo FNO no desenvolvimento da região?
- 6) Quais as ferramentas que utiliza na aprovação dos projetos?
- 7) Quais os dados vão influenciar na análise?
- 8) Quais são as etapas do processo?